

O TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES SUBJETIVAS EM UM AGENTE AUTÔNOMO DA BOLSA DE VALORES

WORK IN CONTEMPORANEITY: AN ANALYSIS OF THE SUBJECTIVE IMPLICATIONS FOR AN AUTONOMOUS STOCK MARKET BROKER

Ana Raquel Martins Diógenes Holanda¹

Lais Oliveira Leite²

Mariana Alves de Oliveira³

Rebecca Holanda Arrais⁴

Cássio Adriano Braz de Aquino⁵

RESUMO

O trabalho tem papel central para a compreensão do homem como ser social. Portanto, mudanças nas suas configurações alteram a forma de socialização do homem e seus modos de ser, o que torna fundamental analisar suas repercussões nos processos de subjetivação. A emergência do neoliberalismo e do capitalismo financeiro provocam uma ruptura no modo como o trabalho vinha produzindo os processos de identidade. Neste texto pretende-se compreender como as tais transformações emergem no discurso de um trabalhador cuja atividade é típica da sociedade contemporânea, um agente autônomo de investimentos – ou corretor da bolsa de valores. O estudo de caso deu-se por meio de entrevista semiestruturada. Observou-se o aumento do individualismo, e da responsabilização do indivíduo por tudo o que possibilita o trabalho e advém dele; o esmaecimento das fronteiras entre a vida profissional e pessoal; a permanência da alienação do trabalhador em relação ao fruto de sua atividade; a mobilização que o trabalho realiza sobre as características do indivíduo, fazendo com que a construção da identidade ocorra em torno de sua ocupação. Não se defende uma nostalgia da sociedade salarial, mas destaca-se a multiplicidade de produções subjetivas que derivam da lógica laboral cada vez mais difusa e vulnerável.

Palavras-chaves: Psicologia do Trabalho – Subjetivação - Capitalismo Financeiro.

ABSTRACT

Work plays a central role in the comprehension of man as a social being. Changes in it's configuration affect man's socialization and ways of being, what turns the analysis of it's repercussion in the subjectification process fundamental. The rise of neoliberalism and financial capitalism cause a rupture in the way work had been producing identity processes. Here we intend to

comprehend the way such transformations appear in the speech of a worker whose activity is typical from the contemporaneous society, a stockbroker. The case study was conducted thru a semi-structured interview. It was observed: a growth in the individualism; the fading of the frontiers between professional and personal life; the permanence of worker's alienation towards the result of it's activity; the construction of identity through work. There is no defence of the previous working configurations but an emphasis on the multiplicity of subjective productions that come from a working logic increasingly diffuse and vulnerable.

Keywords: Work Psychology – Subjectification - Financial Capitalism.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A CATEGORIA DO TRABALHO E SUAS NOVAS CONFIGURAÇÕES

O tema do trabalho como categoria fundante do ser humano já foi vastamente discutido (ANTUNES, 2006; COUTINHO et al., 2007; DEJOURS, 2004; NARDI, 2006). Neste sentido, a categoria tem um papel central para a compreensão do homem como ser social, o qual, por meio da atividade que desempenha a fim de produzir os meios para sua sobrevivência, constrói as diversas modalidades de laço social historicamente concebidas. O produto do trabalho, no entanto, não se resume àquilo que tem valor monetário. O próprio homem e sua subjetividade também derivam em grande medida da atividade à qual se dedica. Desta pode resultar tanto uma realização pessoal do sujeito, na medida em que ele se identifica (COUTINHO et al., 2007) com o processo e o produto de sua atividade laborativa, quanto um estranhamento (ANTUNES, 2006), quando o trabalho é exercido exclusivamente para sobreviver e a realização subjetiva ocorre fora dele. Além disso, ao longo do tempo, o trabalho sempre esteve associado a um valor moral e a um *status* social, e a identificação entre aquele que o desempenha e sua atividade implica um compromisso ético que marca o seu modo de viver e de agir (NARDI, 2006).

Portanto, mudanças nas configurações do trabalho alteram a forma de socialização do homem e seus modos de ser, o que torna fundamental analisar como essas transformações repercutem nos processos de subjetivação (FOUCAULT, 2007) que, conforme os autores supracitados, continuam sendo atravessados pela dimensão do trabalho nos dias de hoje.

A partir da Revolução Industrial, principalmente a partir da adoção dos princípios científicos da organização, surgem modos de gestão do trabalho, fordismo e taylorismo, que foram posteriormente reconhecidos como degradantes para a saúde do trabalhador tendo em vista que almejavam a maximização da produção e, conseqüentemente, dos lucros, por meio da exploração irrestrita da mão-de-obra. A disciplina (FOUCAULT, 2007; NARDI, 2006), caracterizada pela segmentação, especialização e normatização da massa, marcava significativamente esses modelos produtivos, segundo os quais os trabalhadores que fugissem às prescrições de seu trabalho eram considerados indesejáveis e transgressores. Essa forma de organização da atividade era constitutiva nos modos de subjetivação dos trabalhadores:

Em relação aos trabalhadores, o taylorismo e o fordismo impuseram um modo de subjetivação marcado por processos disciplinares vinculados a uma forma particular de organização do trabalho, a um código moral e a um modelo de comportamento que se estendiam da fábrica e do sindicato para a família, para a escola e, mesmo, para a forma particular de urbanização dos bairros operários. (NARDI, 2006, p. 63).

Ainda segundo Nardi (2006), é possível pensar que tal modelo produtivo engendrou uma cultura de organização coletiva que viabilizou como resposta e resistência a ele as lutas das massas de trabalhadores, a organização dos sindicatos e a conquista de uma série de direitos trabalhistas. Tais garantias, asseguradas pelo Estado através da legislação, remetem a constituição da noção de emprego (LIEDKE apud NARDI, 2006), que, sobretudo em meados do século XX, adquiriu relevância significativa: era apenas a partir da inserção do sujeito no mundo do trabalho através do emprego que se admitia o seu valor social e moral (NARDI, 2006). Além disso, a estabilidade decorrente dos vínculos empregatícios duradouros tornava possível a construção de um projeto de vida a longo prazo. Todos esses elementos, que configuravam um código moral e ético próprio da sociedade do século XX (NARDI, 2006), serviam de matéria-prima para a elaboração de identidades sólidas e permanentes (COUTINHO et al., 2007). Entretanto, como sugere o mesmo autor, as novas configurações de trabalho surgidas nos

últimos 30 anos, decorrentes da emergência do neoliberalismo e do capitalismo financeiro, que implicam uma redução da intervenção do Estado na organização trabalhista, provocam uma ruptura no modo como o trabalho vinha produzindo os processos de identidade. Estes estão mais fragmentados devido às constantes rupturas típicas do mundo do trabalho contemporâneo, o que dificulta a construção de uma trajetória identitária mais estável.

Desta forma, ocorreram uma série de mudanças na população de trabalhadores que precisou se reajustar aos novos modelos produtivos, como o toyotismo, os quais se caracterizam por: novas formas de gestão, tanto de produção como de pessoas; transnacionalização do capital; migração laboral orientada pela dinâmica do capital internacional; intensificação nos ritmos e processos de trabalho; incorporação da informática, telecomunicação e microtecnologias; busca pelo máximo de produtividade com o mínimo de tempo e de pessoal (“fábrica enxuta”); redução do trabalho estável e contratual e aumento do informal, temporário/parcial (*part-time*); terceirização; predominância do autoemprego de subsistência; flexibilização do trabalho; desconcentração do espaço físico e da jornada de trabalho; apropriação de características cognitivas do trabalhador pelo maquinário; exigência alta de qualificação do trabalhador para fazer frente à tecnologia (superespecialização). (ANTUNES, 2006; COUTINHO et al., 2007; DEJOURS, 2004; NARDI, 2006; SÁINZ, 2003). Tais mudanças dão maior lucratividade às empresas transnacionais e vão inserindo o trabalhador numa lógica de maior vulnerabilidade e incertezas quanto à segurança futura. Ou seja, “passamos, como afirma Beck (1999), de um modelo social de trabalho onde imperava a segurança plena ao modelo do risco desregulado” (AQUINO, 2005, p.7). Segundo Nardi, 2006,

Estas formas de trabalho permitem fugir da rede de legislação trabalhista e aumentar a flexibilidade das empresas com a diminuição de custos fixos e aumento dos lucros imediatos. (p. 65).

Em decorrência desse cenário, a massa dos trabalhadores torna-se fragmentada, heterogênea e complexificada; sente-se constantemente

ameaçada pela falta de garantias, aumento do desemprego e precarização do trabalho. Esse quadro se reflete também na exclusão dos jovens e idosos; inclusão criminosa de crianças e entrada subremunerada da massa feminina no mercado, além da expansão do Terceiro Setor (ANTUNES, 2006).

Enquanto no século XX a solução para os problemas de trabalho foi alcançada, sobretudo na Europa, com o Estado de Bem-Estar Social, nos últimos anos tais transformações vêm enfraquecendo a coesão social e acentuando o individualismo e a competitividade como valores morais por excelência, assim como a responsabilização individual tanto pelos méritos como pelos fracassos do sujeito (NARDI, 2006). A partir daí percebe-se o que Dejours (apud NARDI, 2006) denomina “banalização do mal” em referência à insensibilidade perante o sofrimento e a pobreza do outro, pois estes não são mais um problema social, mas resultado da incompetência e falta de iniciativa de cada um.

Esse novo código moral individualista pode ser compreendido pela perda de força das instituições tradicionais antes responsáveis pelo processo de formação subjetiva, o que leva à busca individual da própria subjetivação (Beck apud SPINK, 2001). Esse processo de autogestão pessoal se baseia na difusão de informações atualizadas e globalizadas, que se capilarizam em variados campos da vida cotidiana, como a saúde, a mídia, o trabalho etc. e acabam por levar à autorregulação de “estilos de vida” (SPINK, 2001).

Voltando para a questão do trabalho, segundo Nardi (2006), as transformações do mundo laboral geraram novas relações éticas entre o trabalhador e seu processo produtivo em contraste com a organização da atividade de meados do século XX. Atualmente, o prescrito não é tão enfatizado quanto antes e aquele que transgride as regras a fim de obter maior sucesso é considerado de maior valor. Neste contexto, a criatividade e a competência para exercê-la a favor do capital são consideradas a nova norma. O problema dessa nova ética consiste no fato de que, enquanto tais transgressões eram condições que possibilitavam a emergência da subjetividade do trabalhador (DEJOURS, 2004), em algumas situações as formas de cooptação do capital reintroduzem tais transgressões como uma novo prescrito. Assim, aqueles que apresentam tais aptidões são vistos como

“trabalhadores centrais”, portanto, a classe dominante, caracterizada por um autocontrole (dispensa de um controle externo pela assunção das metas da empresa como próprias), uma maior autonomia (possibilidade de tomar decisões pela empresa) e multifuncionalidade (competência para desempenhar várias atividades simultaneamente). Segundo Michaud (apud NARDI, 2006),

A genealogia dos modos de subjetivação contemporâneos aponta para o surgimento de um sujeito sobre o qual se exerce uma dupla pressão, ou seja, por um lado, a individualização liberal e, por outro, a totalização disciplinar. (p. 25).

A situação desses trabalhadores não é tão favorável como o discurso corrente propaga, posto que em consonância com a cultura do individualismo, as responsabilidades pelas decisões tomadas caem sobre seus ombros, assim como as exigências de bom desempenho aumentam. Isso implica no aumento do nível de *stress* decorrente das pressões sobre ele exercidas, assim como a emergência de novas psicopatologias às quais não cabem referência aqui. Como resultado, tem-se que:

O novo modelo propõe a troca de segurança pelo risco, com o benefício da autonomia no trabalho. Entretanto, ele não se sustenta através do compromisso dos trabalhadores com a empresa, mas sim pela via do medo do desemprego e da precarização. O investimento dos profissionais passa a ser nas suas carreiras individuais, dando ao novo contrato uma faceta individualista, tanto por parte dos trabalhadores como por parte da empresa. (p. 65).

Diante desse cenário, é importante constatar que nunca antes a subjetividade foi convocada a participar do trabalho como atualmente. Entretanto, isso não implica numa autorrealização do sujeito por meio dele, pois, apesar de toda a mobilização de sua identidade, de seus traços de personalidade e de seus valores pessoais, as metas que ele acredita precisar atingir são predominantemente da empresa e a favor do capital. Desse modo, a busca pela autorrealização novamente ocorre fora do trabalho, porém hoje, prioritariamente pela via do consumo e da auto-satisfação imediata. Daí se verifica uma substituição da ética do trabalho pela estética do consumo (Bauman apud NARDI, 2006).

Além de todos os aspectos antes mencionados, é interessante apontar para a mudança da centralidade do trabalho material, que tem como modelo a produção industrial, para o trabalho imaterial, com a emergência e valorização da prestação de serviços (ANTUNES, 2006).

Neste texto pretende-se, a partir do que foi exposto, compreender como as transformações no mundo do trabalho e suas consequências no modo de subjetivação emergem no discurso de um trabalhador cuja atividade é típica da sociedade contemporânea, e cuja existência só é possível a partir de condições recentes de estruturação do capital financeiro, tendo em vista que se trata de um agente autônomo de investimentos, mais conhecido na sociedade como corretor da bolsa de valores. O estudo de caso deu-se a partir da realização de entrevista semi estruturada, que teve como objetivo investigar como é o cotidiano de trabalho desse profissional e principalmente como o sujeito significa a si mesmo e a sua atividade.

2 O AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS

A profissão de agente autônomo de investimentos, também conhecido como corretor da bolsa e operador da bolsa, é, em nosso país, regulada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) através da “Instrução CVM Nº 497, de 03 de Junho de 2011”. Representa um campo de trabalho ainda bastante desconhecido por grande parte da população e, em consequência disso, apresenta escassez de profissionais em atuação. Existem no país 10.289 agentes autônomos de investimento cadastrados junto à CVM (CVM, 2012), porém destes há um percentual significativo, sobre o qual não há levantamento preciso, que não exercem atividades na área e apenas aproximadamente vinte, segundo informações fornecidas pelo entrevistado, efetivamente trabalham nesse campo no estado do Ceará. Diante disso, constata-se também que não existe no estado nenhum sindicato, ou associação equivalente, formada pelos agentes autônomos de investimento.

O título de agente autônomo de investimentos é obtido por meio da aprovação em exame realizado por entidade credenciadora autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2011). Para estar apto a exercer as

atividades de agente autônomo, além da aprovação no exame, é necessário possuir Ensino Médio completo. A entidade credenciadora é ainda a responsável por fiscalizar as atividades e, quando necessário, punir, segundo a legislação, os agentes por ela credenciados. Não há nenhum curso de graduação ou pós-graduação específico para a área, tampouco curso de formação obrigatório ao exercício da profissão.

No tocante às demais certificações concedidas pela CVM, existem no total sete níveis cumulativos (cada nível superior é considerado apto a exercer as atividades do nível anterior e novas atividades exclusivas) em uma escala em que o agente autônomo de investimentos ocupa a posição intermediária. A aquisição de níveis superiores apresenta uma possibilidade, mas não uma garantia, de melhor remuneração e exige um investimento de preparação para o exame específico.

De acordo com a instrução da CVM (2011) o agente autônomo de investimentos precisa trabalhar junto a uma instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, geralmente conhecida como corretora da bolsa, e suas atividades são:

I - prospecção e captação de clientes; II - recepção e registro de ordens e transmissão dessas ordens para os sistemas de negociação ou de registro cabíveis, na forma da regulamentação em vigor; e III - prestação de informações sobre os produtos oferecidos e sobre os serviços prestados pela instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários pela qual tenha sido contratado. (CVM, 2011, p. 1)

O agente autônomo de investimentos deve em seu trabalho orientar clientes sobre os investimentos a realizar, mas não deve realizá-los por eles. De modo geral, sua remuneração é variável e se dá de acordo com os investimentos realizados pelos clientes, uma vez que se ganha uma taxa por cada compra ou venda concretizadas de ações e commodities – dividida entre agente e instituição a qual este é ligado. Dessa forma, o valor a ser ganho a cada mês não apresenta relação direta com o rendimento das ações dos clientes ou com a boa ou má orientação prestada. A remuneração, por ser

proporcional à produtividade, varia substancialmente entre diferentes profissionais desta área.

O tipo de relação trabalhista que o agente autônomo de investimentos estabelece com a corretora pode variar, mas geralmente não obedece a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

3 A SUBJETIVIDADE E O TRABALHO NAS PALAVRAS DO SUJEITO

A partir do exposto, problematiza-se como o processo de subjetivação do profissional entrevistado relaciona-se com sua atividade de trabalho, tendo como baliza os referenciais teóricos apresentados anteriormente.

Admitindo-se que o profissional escolhido para esse estudo representa um sujeito inserido nas novas configurações do trabalho, é pertinente iniciar a discussão a partir da descrição do próprio trabalhador acerca de sua atividade. Ele diz: “Eu presto assessoria financeira pros [sic] investimentos das pessoas (...) eu só faço dar conselho, elas fazem o que elas querem (...)”. O sujeito mostra dificuldade em esclarecer sua atividade, provavelmente devido à grande distância que existe entre o que está regulamentado, o prescrito, e as demandas impostas pelo cotidiano da prática, o real:

Eles falam para eu fazer o que eu quiser, mas eu não posso fazer isso, então eu tenho que convencer eles a me dizer `tá, então faça isso`, como quem fala `tá, faça o que quiser` (...) tem outras coisas mais complicadas, mas acho que não dá para explicar, até eu me enrolo (...) relativas a questões oficiais, e burocráticas, e de leis e essas coisas.(...).

A dificuldade em descrever sua atividade para pessoas leigas pode ser resultado da alta especialização necessária para realizá-la, que foi alcançada através de uma formação por investimento pessoal, objetivando uma auto-capitalização intelectual. Neste caso, o profissional graduou-se em outra

área e posteriormente encaminhou-se para sua ocupação atual, obtendo os conhecimentos necessários por meio de simuladores e instruções encontradas na rede mundial de computadores e de estudo direcionados ao exame da Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbios e Mercadorias (ANCORD) – instituição credenciadora autorizada pela CVM -, configurando uma capacitação contínua, marcada pela autonomia, individualização e iniciativa, bastante dependente das novas tecnologias e mídias. Tais características da formação inicial continuam ao longo do exercício das atividades, pois o agente autônomo de investimentos necessita estar constantemente atualizado com informações advindas de diversas fontes (nacionais e internacionais) que possam apontar mudanças na bolsa de valores. Recai sobre o sujeito uma enorme responsabilidade, pois cabe somente a ele assegurar sua qualificação, da qual o êxito de seu trabalho seria diretamente resultante.

Considerando que, na lógica de trabalho na qual o entrevistado se encontra, a ousadia é um diferencial positivo em relação ao seguidor de regras, a criatividade é uma qualidade que agrega valor à produção do trabalho. Segundo Nardi (2006), os trabalhadores que ocupam funções que demandam inovações técnicas na empresa são considerados “trabalhadores centrais”. No entanto, as normas e regulamentações ainda precisam ser respeitadas em alguma medida por eles, pois o seu descumprimento pode acarretar punição. Com a cultura do individualismo, as responsabilidades pelas decisões tomadas caem sobre os ombros desses profissionais, assim como as exigências de bom desempenho e a obtenção de sucesso (ou fracasso). É possível observar essas características na seguinte afirmação “Eu prefiro ir crescendo, trabalhando bem, e fazendo meu nome ficar reconhecido. Essa é minha preocupação agora, mais do que qualquer outra coisa”.

Ao ser perguntado sobre de onde adquire as informações para dar as orientações sobre como seus clientes devem investir, ele demonstra o quanto seu conhecimento é especializado e o quanto o tipo de trabalho que faz é central para a empresa em que está inserido:

Primeiro da experiência que eu já tenho, de anos e anos investindo, segundo de blocos de notícias, e conhecimento mesmo, eu sei que essa empresa é boa, (...) eu acesso os relatórios das empresas, bato de cara o relatório e sei se aquele relatório é bom (...) em 10 segundos eu sei se o resultado é bom ou ruim.

O uso da tecnologia e a necessidade de processar com rapidez um grande volume de informações são características já apontadas das novas configurações de trabalho. O entrevistado utiliza constantemente equipamentos informáticos, a rede mundial de computadores e o sistema de telefonia móvel para estar sempre a par das informações necessárias, ser capaz de administrá-las e estar disponível ao contato com os clientes. Tudo isso implica na desconcentração do espaço e do tempo de trabalho, pois, com o uso desse instrumental, ele pode exercer suas atividades em diversos locais e em horários relativamente flexíveis, facilitando a cooptação do tempo do sujeito pela empresa. Preocupado com isso, ele procura resguardar um tempo livre do trabalho:

O meu trabalho é bem viciante (...) Eu acho que eu separo muito bem. Em casa, eu geralmente não trabalho, para que em casa eu esteja em um momento de relaxamento. Não é raro eu procurar informações em casa, mas o normal é que seja constante, para quem trabalha com isso. É uma espécie de hobbyzinho [sic.] ficar trabalhando fora do trabalho, porque é tão amplo que você se perde.

O caso analisado exemplifica uma atividade profissional flexibilizada em diversas outras dimensões, como o contrato de trabalho. O agente entrevistado é sócio da empresa com participação mínima, apenas necessária para que esta possa lhe passar seu pagamento como remessa de lucros. Tal forma de remuneração tem os impostos já pagos pela empresa e não se configura como salário. Como o profissional não é empregado da corretora, ele não tem férias remuneradas, décimo terceiro salário, licenças remuneradas ou outros benefícios. Sobre isso, ele afirma: “Direitos: nada. Deveres: nada. Eu sinto falta de férias. Eu sei que com o passar do tempo eu vou poder tirar uma semana de férias. Por enquanto não, eu preciso estar lá.” Fica evidente no

trecho a contradição entre a afirmação da ausência de deveres e a necessidade sentida pelo sujeito de estar no ambiente de trabalho. Outro fator que pode ser acentuado é o adiamento do tempo de si e a prioridade dada ao tempo da empresa. Ao ser perguntado se ele se incomoda por sua remuneração ser variável, ele responde:

Na verdade eu tenho uma idéia muito minha (...) Eu acho que uma remuneração muito variável é uma solução para muitos problemas (...) pois faz com que as pessoas sempre estejam correndo atrás de corrigir seus próprios defeitos (...) você sente uma motivação muito maior para fazer o que você faz (...).

A partir das duas afirmações anteriores, seria possível inferir que o indivíduo se organiza subjetivamente de acordo com as características do modelo de trabalho da profissão que escolheu: para lidar com a falta de benefícios trabalhistas, ele reafirma a falta de deveres e para conviver com a instabilidade da remuneração variável, ele vê isso como um fator motivacional, que o impulsionaria a sempre buscar melhorar. Acrescenta-se a isso que, ao qualificar tais idéias como suas, o sujeito aliena-se por meio de uma ideologia produtiva que justifica as condições de trabalho às quais ele submete-se.

Em relação ao tempo de trabalho, o entrevistado afirma ter autonomia para estabelecer seu horário, no entanto, seu discurso aponta uma contradição, pois, na prática, ele precisa acompanhar a jornada da bolsa de valores (10h às 17h, de acordo com o calendário do estado de São Paulo) como condição para sua boa atuação.

Normalmente o meu horário de trabalho é normal, de 09h as 17h. Mas os meus horários são totalmente controlados por mim, já teve dia que eu `cheguei, não vou trabalhar de manha', e eu fiquei em casa. (...) Eu não devo satisfação a ninguém (...) as pessoas esperam que eu esteja lá, os meus clientes ficam esperando. Se eu não for, eu aviso, mas não é pedindo, é avisando.

Além de suas atividades junto aos seus clientes, o profissional ministra cursos oferecidos pela corretora no período da noite e aos sábados, os quais são importante fonte de captação de clientes e mais uma fonte de rendimento. Daí observa-se como sua ocupação vai se invadindo o tempo livre,

o que se justifica pela ideia de que o sujeito é responsável pelo seu próprio sucesso. No trecho seguinte, observa-se como isso resulta em cansaço e stress:

O curso à noite é o que pesa mais, mais que o stress ou o salário variável. Isso afeta as relações pessoais, não tem como dizer que não afeta, porque aquele seu tempo de lazer fica reduzido. Mas eu acredito que o meu objetivo maior não está sendo afetado e que eu estou sendo uma pessoa mais feliz ou infeliz por conta disso.

Supostamente não possui, na corretora, profissional superior direito nem metas pessoais a cumprir. Entretanto, a corretora possui metas, e ele, como membro desta, deve participar dos esforços para que tais metas sejam alcançadas.

Você trabalha tanto que vira uma espécie de família trabalhista [sic] eu tenho que ir lá, trabalhar mais, porque se não todo mundo perde. Tanto pela imagem da empresa quanto pelas relações pessoais. (...) Não existem metas individuais, mas existem metas gerais do escritório que eu tenho que ajudar a bater.

Esse modelo de gestão, que convoca a subjetividade do trabalhador a dedicar-se plenamente aos interesses da empresa como se fossem seus, a ponto de poder ser comparada a uma relação familiar, torna o profissional intimamente responsável pelo cumprimento dessas metas gerais, mas o reconhecimento de como ele participou desse processo torna-se pulverizado.

Devido às características do trabalho na contemporaneidade, torna-se difícil estabelecer um projeto de vida estável e duradouro. Dessa forma, a trajetória profissional passa a ser marcada por diversas rupturas. No caso exposto, o sujeito cursou uma graduação não relacionada ao trabalho atual antes de se encaminhar para ele. Hoje não tem um plano claro de carreira, pois não pode prever quais oportunidades aparecerão. “Como é uma carreira nova, no Brasil, ainda muito ascendente, eu não sei que tipo de oportunidades vão aparecer para mim. É um mercado que carece de profissionais”.

No médio prazo eu tenho plano de conseguir todas as certificações, mas no curto prazo não, porque precisa de muito tempo de estudo e hoje eu não tenho tempo. (...) No Brasil, a minha certificação é suficiente para ganhar tão bem quanto as outras certificações.

O entrevistado não se encontra inserido na lógica do emprego, que em um momento histórico anterior era responsável pela centralidade do trabalho na vida das pessoas devido à estabilidade e segurança que proporcionava e em torno da qual o sujeito tecia a sua identidade. Nas novas formas de organização do trabalho, ainda que a estabilidade e a segurança não se façam presentes, a atividade laboral permanece ocupando um lugar privilegiado, pois se apresenta como possibilidade de realização. “Eu tô [sic] bem feliz com meu trabalho, no começo eu não era nem metade do que eu sou agora. Eu tenho essa coisa de sempre estar fazendo meu trabalho melhor. Eu tô [sic] satisfeito. Eu tenho essa coisa de crescer com segurança.” A partir dessa fala, percebe-se que o sujeito tem sua identidade edificada a partir de sua atividade e que isso viabiliza uma visão positiva de si, o que demonstra que as relações entre ética e trabalho não se dissolveram com a dissolução da lógica emprego (NARDI, 2006; COUTINHO et al., 2007). Em outro momento da entrevista ele enfatiza a relevância social do seu trabalho e demonstra que isso traz realização a ele: “A Bolsa não é um cassino, a Bolsa, para quem não sabe, é o motor da economia”.

Estando a identidade atrelada ao trabalho, como já foi discutido, é interessante notar como características pessoais dos entrevistados são associadas por ele a sua atividade. “Parte do meu emprego depende que eu seja bem seguro, para que as pessoas não duvidem dos meus conselhos. Talvez eu já fosse assim, mas com o trabalho isso ficou mais evidente.” Em outro momento, falando sobre os conhecimentos essenciais ao agente autônomo de investimento, ele mostra como se identifica com eles: “A pessoa precisa ter um senso de lógica muito bom, bom senso gigantesco e entendimento geral das coisas. Conhecimentos de matemática, estatística e contabilidade, não sei se é tão simples para as outras pessoas, mas para mim é.”

Apesar de se identificar com o trabalho e afirmar encontrar realização pessoal e profissional através dele, ao ser perguntado se pretende continuar atuando nessa área, ele responde: “Agora sim. Vai que um belo dia eu fico de saco cheio disso, eu canso. Não dá para saber”. Essa fala mostra que o sujeito pensa sua carreira de forma momentânea e que considera a possibilidade de mais uma ruptura, caso, futuramente, não consiga mais suportar toda a carga de responsabilidade, individualização, instabilidade e stress a que está submetido.

Apesar da dificuldade em traçar metas para o desenvolvimento de sua carreira, o entrevistado apresenta com bastante firmeza sua meta de independência financeira:

Eu tenho uma meta de poupança mensal daquilo que eu ganho, e graças a Deus, todos os meses eu alcancei a meta.(...) O objetivo que você tem com a poupança é a independência financeira, é quando o seu capital lhe remunera o suficiente para que você não precise trabalhar. O que pode demorar muito ou não.

A partir dessa afirmação, uma das entrevistadoras logo pergunta o que ele vai fazer quando parar de trabalhar. Ele responde:

Não sei. Na verdade parar de trabalhar não é o objetivo, mas ter que trabalhar, a obrigação de trabalhar é um saco. Vai que me desse uma ideia maluca de passar um ano na Índia? Quantos porcentos [sic] da população podem fazer isso? A necessidade de ter que trabalhar é do que eu quero fugir.

Dessa forma, percebe-se que, para esse sujeito, o trabalho se mostra como uma categoria ambígua. Apesar de se apresentar em sua realidade cotidiana atual como um dos principais caminhos de realização pessoal e reconhecimento social, tende a resultar em frustração, pois, além de demandar um enorme investimento subjetivo, não supre a demanda de realização do indivíduo de forma integral, já que, como expresso anteriormente, tem a carga negativa da necessidade do trabalho pela sobrevivência e ocupa todo o seu tempo, limitando suas possibilidades de experimentação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das diversas transformações históricas, o trabalho permaneceu ocupando lugar central na vida do homem. Entretanto, suas novas formas de organização afetam de forma diferente a subjetividade. Neste texto, tentou-se ilustrar como isso efetiva-se na vida de um profissional típico dos dias de hoje, sobretudo, como as características da lógica vigente elencadas emergem no discurso do entrevistado. Não se trata de afirmar que tais repercussões subjetivas sejam generalizáveis, haja visto que se refere à análise de um caso inserido num processo complexo. Podemos, porém, realçar algumas consequências que tendem a se presentificar nos trabalhadores contemporâneos.

Salta aos olhos o aumento do individualismo, e conseqüentemente, da responsabilização do indivíduo por tudo o que possibilita o trabalho e advém dele; o esmaecimento das fronteiras entre a vida profissional e pessoal, pois o tempo e o espaço de trabalho flexibilizaram-se; a permanência da alienação do trabalhador em relação ao fruto de sua atividade, considerando que ele se apropria da idéia de autogestão sem se dar conta de que o esforço empreendido não lhe proporciona os resultados esperados; a mobilização que o trabalho realiza sobre as características do indivíduo, fazendo com que a construção da identidade ocorra em torno de sua ocupação, que ainda reflete a dimensão ética que o trabalho encarna na vida das pessoas. Atualmente, a subjetividade é convocada a comparecer ao trabalho ao ser encarada como atributo essencial à realização eficaz deste.

A experiência aqui relatada é significativa por denotar a heterogeneidade que opera na contemporaneidade acerca da produção subjetiva dos trabalhadores diante dos modos de inserção laboral. Não se defende uma nostalgia da sociedade salarial, ou mesmo admitindo uma falência do modelo pós-industrial, mas chama-se atenção para multiplicidade de produções subjetivas que derivam da lógica laboral cada vez mais difusa e vulnerável advindas do capitalismo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho**. São Paulo: Cortez - p. 35-48, 2001.

AQUINO, C. A. B. **Reflexões sobre a precarização laboral**: uma perspectiva da psicologia social. São Luis, MA, 2005.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários; **Instrução CVM Nº 497, de 3 de Junho de 2011**. Dispõe sobre a atividade de agente autônomo de investimento. Disponível em: http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?File=%5Cinst%5Cinst497consolid.doc. Acessado em: 18/09/2012.

_____. Comissão de valores mobiliários, Banco de dados, Disponível em <http://www.cvm.gov.br/>, acessado em: 18/09/2012.

COUTINHO, M. C.; KRAWULSKI, E.; SOARES, D. H. P.; Identidade e Trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. In **Psicologia social**, vol.19, n. spe, Porto Alegre, 2007.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. In **Revista Produção**, vol.14, n.3, p.27-34, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

NARDI, H. C. **Ética, trabalho e subjetividade**: trajetórias de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SÁINZ, J. P. P. Globalización, riesgo y empleabilidad: algunas hipótesis. In **Nueva Sociedad**, n.184, p.68-85, 2003.

SPINK, M. J. P. Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia. In **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 17(6), p. 1277-1311, 2001.

1

2

3

4

5

RECEBIDO EM: agosto/2014

APROVADO EM: setembro/2014